



Centro Universitário de Brasília –UNICEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas-FATECS
Curso de Ciências Contábeis

WALDIANNE PEREIRA

**A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS APÓS A CRISE
FINANCEIRA DE 2008: Uma Análise Comparativa dos Principais Bancos
Nacionais Constituídos com Capital Público**

Brasília
2014

WALDIANNE PEREIRA

A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS APÓS A CRISE
FINANCEIRA DE 2008: Uma Análise Comparativa dos Principais Bancos Nacionais
Constituídos com Capital Público

Trabalho de conclusão de curso II (TCC II) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Romildo Araújo da Silva

Brasília
2014

WALDIANNE PEREIRA

A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS APÓS A CRISE
FINANCEIRA DE 2008: Uma Análise Comparativa dos Principais Bancos Nacionais
Constituídos com Capital Público

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Ciências Contábeis do
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Romildo Araújo da Silva

Brasília, ___ de _____ de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Prof. Romildo Araújo da Silva
Orientador

Prof.:
Examinador(a)

Prof. :
Examinador(a)

A Deus, o que seria de mim sem a fé que
tenho nele, a minha mãe que sempre
esteve ao meu lado, apoiando e torcendo
durante
toda trajetória, ao meu pai que acreditou
no meu sonho e ao meu querido e amado
filho Ike Gabriel que por diversas vezes
tive que ser ausente

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força para superar as dificuldades.

Aos meus irmãos pelo apoio e incentivo.

Ao meu orientador pelo suporte no pouco tempo que lhe coube.

Aos meus amigos, Mirian e Silvio que direta ou indiretamente fizeram parte durante todo o período da minha formação, muito obrigada.

.

RESUMO

A crise Internacional de 2008 atingiu o crédito e o setor financeiro. Com isso, o governo tomou medidas para manter a economia estabilizada, seguindo as normas do Acordo de Basileia, que é a maior fonte de regulamentação deste setor no mundo. O presente trabalho tem o propósito de analisar a atuação das instituições financeiras brasileiras após a crise financeira de 2008, para a análise comparativa dos principais bancos nacionais, constituídos com capital público, avaliando os indicadores econômicos financeiros de liquidez, capital e rentabilidade das instituições do BB, CEF, BNDES, BASA, BNB e BRB no período de 2007-2010. A metodologia adotada é um estudo descritivo, por seguir com métodos de abordagem de investigação, serão analisados dados qualitativos para verificar a realidade das informações com intuito de obter interpretações das análises, para responder a proposta do problema abordado. Para tanto, foram extraídas as informações dos demonstrativos contábeis das entidades pesquisadas. Os resultados obtidos demonstraram que a crise afetou sensivelmente o setor bancário em relação ao índice de rentabilidade, mas, em geral, as instituições financeiras apresentaram capacidade de gerir seus recursos de forma a manter a estabilidade do crédito e, em alguns momentos, elevar suas operações de crédito no mercado.

Palavras-chaves: Crise financeira. Internacional. Instituições financeiras brasileiras. Indicadores econômico-financeiros.

1 INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional, que começou nos EUA em 2008, expandindo-se para os mercados mundiais, trouxe diversas preocupações em todos os setores do mercado financeiro. Com isso, os países foram obrigados a adotar medidas políticas e econômicas para fazer face à suas consequências. Ela se alastrou no setor financeiro e afetou as linhas de concessão de crédito escolhidas pelas instituições financeiras. No entanto, o mercado hipotecário da “crise *subprime*” induziu no mundo um sinal de que é necessário ter mais cautela ao conceder crédito.

Segundo Matsumoto apud Hall et al. (2013), esse momento foi marcado na história contemporânea por ser uma das mais sérias crises econômicas de todo capitalismo a causa direta da crise foi a concessão de créditos hipotecários para credores sem capacidade de pagamento. Em 2008, a crise afetou diversos setores em decorrência dos empréstimos nas carteiras de crédito imobiliárias, com isso os credores tiveram altos índices de endividamento e conseqüentemente ficaram sem capacidade de pagamento.

Em um cenário de instabilidade na concessão de créditos, as instituições bancárias de diversos países sofreram diversas mudanças a partir de 2008, referente aos reflexos ocorridos.

Diante da concorrência dos mercados, os bancos buscaram como diferencial uma adaptação às normas e critérios balizadores da concessão de crédito, para adicionar valor e resultados aos investidores.

Neste contexto, o sistema financeiro nacional, segue as normas do Acordo de Basileia que é a maior fonte de regulamentação deste setor no mundo. Esse acordo foi assinado pelos principais bancos do mundo e ficou conhecido como Acordo de Basileia I.

Neste sentido, a criação do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia foi o essencial para o direcionamento e solvência das instituições financeiras.

O sistema financeiro é bastante afetado pelos riscos associados ao crédito, haja vista a sua atividade primordial de conceder empréstimos para suprir as necessidades de capital de terceiros das empresas e investidores. Ocorre que a crise de 2008 afetou diretamente as instituições bancárias, provocando uma recessão do crédito, fato que afetou diversos países.

Segundo Gitman (2004), buscou avaliar a influência da crise financeira mundial na estrutura econômica das instituições financeiras bancárias brasileiras e seus reflexos no Índice de Basiléia, tratou dos riscos relacionado aos ativos de uma instituição ao confirmar que risco é uma possibilidade de perda financeira.

Nesse sentido, Assaf Neto (2009, p.124) aponta que risco de crédito é a possibilidade de um devedor deixar de cumprir com suas obrigações financeiras.

Assim, torna-se relevante investigar os riscos associados ao ramo específico das instituições bancárias, a fim de obter respostas diante do episódio causado a este segmento, em função da recente crise financeira internacional, com efeitos estendidos até os dias atuais.

Considerando que há evidências de que os riscos de crédito sofrem oscilações durante momentos de crise, afetando diretamente as instituições financeiras, estudar os riscos e os impactos da crise financeira de 2008 sobre as instituições bancárias é importante para o desenvolvimento de pesquisas científicas envolvendo setores tão relevantes como o bancário, notadamente relacionadas com o objeto de estudo da ciência contábil.

Verificar os balanços por meio dos indicadores é uma forma de constatar os dados e informações relevantes ao impacto causado pela crise. Segundo Matarazzo (2010, p.15) a análise de Balanços permite uma visão da estratégica e dos planos da empresa analisada; permite estima o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades.

Nesse contexto, o presente artigo aborda os impactos da crise de 2008 nas principais instituições financeiras brasileiras, justifica-se o estudo pela importância de verificar como as instituições financeiras conseguiram se manter estáveis durante e após a crise, mantendo, suas metas, carteiras de créditos e investimentos.

Assim, esta pesquisa deverá responder ao seguinte questionamento: **Qual o impacto da crise de 2008 nas principais instituições financeiras brasileiras controladas pelo poder público, quanto ao desempenho dos índices de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade?**

Nesse sentido, o objetivo geral é avaliar os impactos causados nos indicadores econômico-financeiros relacionados à liquidez, estrutura de capital e rentabilidade das principais instituições financeiras brasileiras constituídas com capital público, em função da crise financeira mundial de 2008.

A fim de atingir o objetivo geral, os objetivos específicos são:

- a) analisar as demonstrações contábeis nos períodos de 2007- 2010;
- b) avaliar e comparar os índices dos balanços das instituições financeiras públicas atuantes no mercado financeiro;
- c) verificar o comportamento dos indicadores financeiros das instituições; pesquisadas no período citado;
- d) Identificar e analisar a evolução das carteiras de crédito pelas instituições pesquisadas no período 2007-2010;
- e) buscar evidências do impacto causado pela crise financeira de 2008 nas instituições pesquisadas;
- f) analisar eventuais alterações nas carteiras de crédito das instituições pesquisadas, no intuito de identificar as possíveis alterações provocadas pela crise de 2008;
- g) verificar possíveis indicativos de atuação governamental no mercado financeiro brasileiro por meio das instituições;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A crise financeira de 2008

A economia mundial ficou apreensiva com os acontecimentos que afetaram todo o mundo, bem como os diversos setores da economia a partir de setembro de 2008. O ramo de atividades de crédito dos EUA é o lugar onde as pessoas costumam se dirigir, lugar onde grande parte dos negócios há concentração é de fato o lugar que foi iniciado o problema. Por isso, é grande a capacidade dos excessos de respingos causados por ela na mais alta economia do mundo.

Segundo Assaf Neto (2012), diversos bancos não suportaram as perdas com os títulos e com a inadimplência dos mutuários, e apresentaram sérios problemas de liquidez. Com isso, algumas dessas instituições financeiras não suportaram a insolvência, foram vendidas e outras declararam concordata.

Com o mercado financeiro estagnado pela ausência de dinheiro de diversos bancos, a economia mundial teve que conviver com riscos eminentes e com a ausência o banco Lehman Brothers um dos principais bancos americanos, o governo brasileiro passou a regular o consumo e os créditos para pessoas físicas e jurídicas aumentando a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Não só o consumo foi afetado, mas também, outros setores como os de prestação de serviços e vendas de automóveis. Devido a isso, o governo também diminuiu o

percentual de recolhimento obrigatório dos depósitos compulsórios, além, de diminuir as alíquotas de IPI (Imposto de Produtos Industrializados). Com a finalidade de não afetar os investimentos internos e reduzir o PIB (Produto Interno Bruto) que foi o projeto para o ano de 2008.

Segundo Pinho (2009) *apud* Hall et al. (2013) descreve que apesar da economia brasileira, naquele momento ser considerada como estável, ocorreu um impacto sério na conjuntura econômica, em 2008 iniciou um processo de desaceleração do Produto Interno Bruto – PIB, conjugado com aumento do desemprego e demissões em massa em alguns segmentos, redução na concessão de crédito, diminuição de investimentos produtivos e decréscimo do consumo doméstico.

2.2 O papel do Banco Central nos momentos de crise

O Banco Central (BACEN) é uma instituição importante na estrutura governamental, pois tem o dever de cumprir as metas da política econômica do governo federal, além de fiscalizar a aplicação das normas impostas às instituições financeiras. O Banco Central detém o poder executivo de aplicar as políticas elaboradas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme Assaf (2012). Ou seja, para o autor o BACEN tem uma atribuição de gerenciar as políticas econômicas e financeiras do governo reguladas pelo CMN. Além disso, tem uma função importante de fiscalizar e disciplinar o mercado financeiro impondo as regulamentações necessárias para o equilíbrio e solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Segundo Assaf Neto (2012), o Banco Central é a instituição que executa a política monetária quando controla o sistema de pagamentos e atua como gestor da dívida pública interna e externa. Em decorrência disso, é considerado um importante aliado do governo no combate à inflação e na regulamentação das taxas básicas de juros, além de controlar a oferta de crédito com a taxa SELIC.

Nos cenários de crise, o Banco Central tem o poder de executar as medidas impostas pelo CMN, no qual define o plano de ação continuada para minimizar os impactos causados pelas crises mundiais. Com base nesse preceito, tem o poder de intervir no sistema de pagamento e de crédito, além de adotar o aumento ou diminuição dos depósitos compulsórios, Assaf Neto (2012). Nesse sentido, em tempos de crise este é um forte aliado do governo para manter e cumprir metas

estabelecidas além de prestar auxílio para tomada de decisões e gerenciar as reservas nacionais e fortalecer o Sistema Financeiro Nacional.

2.3 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por várias instituições importantes entre as quais o Conselho Monetário Nacional e Banco Central fazem parte realizam e executam as políticas econômicas. Segundo Assaf Neto (2011), o Sistema financeiro para ser entendido deve ser feito uma segmentação em três partes de análise. Para o autor a estrutura do SFN é definida conforme o quadro abaixo:

Órgãos Normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional CMN	Banco Central do Brasil - BACEN	Instituições financeiras captadoras de depósitos a vista	Demais instituições financeiras Bancos de Câmbio		Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
	Comissão de Valores Mobiliários-CVM	Bolsa de Mercadorias e futuros	Bolsa de Valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados- CNSP	Superintendência Nacional de Seguros Privados- SUSEP	Resseguradores	Soc. Reguladoras	Sociedades de Capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar- PREVIC	Entidades fechadas de previdência Complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Banco Central do Brasil dados 2011.

Quadro 1: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Conforme o quadro 1, o SFN apresentado é composto de órgãos normativos, entidades supervisoras e operadoras que executam as políticas e diretrizes do sistema financeiro. O CMN, CNSP e o CNPC são entidades reguladoras enquanto

as supervisoras fiscalizam as instituições para cumprir e fazer cumprir as políticas econômicas impostas pelos os órgãos normativos.

As entidades operadoras são todas as instituições financeiras, monetárias ou não, que atuam na intermediação entre os superavitários e os deficitários no mercado financeiro.

2.4 Riscos financeiros enfrentados pelos bancos na oferta de crédito

Crédito é um conceito bastante comum no dia a dia das pessoas, pois as pessoas fazem planos de comprar um carro, uma casa ou qualquer outro bem, ou até mesmo planejar uma viagem. Entende-se que a busca por recursos que satisfaça a relação de consumo é alvo da economia do mundo. Segundo Newlands Jr (2010), as pessoas estão em constante dilema de uma proposição bastante simples: na qual expressa os recursos disponíveis e finitos com as imaginações e necessidades infinitas pelo consumo. O autor afirma que os desejos para satisfazer sonhos e necessidades das pessoas são cada vez mais infinitos, enquanto a capacidade de recursos disponíveis é escassa.

2.5 Os principais riscos financeiros

As instituições financeiras enfrentam riscos constantes em suas operações diárias e necessitam de estar alerta quanto aos eventos que provoquem perdas futuras ou imediatas. Isso devido à quantidade de operações que são realizadas as instituições deverão seguir regras prudenciais impostas principalmente pelo acordo de Basileia. Segundo, Assaf Neto (2011) os riscos das instituições financeiras são risco de mercado, risco legal, risco de crédito e risco operacional. Conforme o autor, os riscos inerentes às atividades das instituições financeiras são vulneráveis em cenários diversos no qual engloba essas quatro possibilidades de riscos para os investidores.

Serão tratados na sequência, dos principais tipos de riscos que afetam as instituições financeiras em suas operações.

O **risco de crédito**, segundo Assaf Neto (2012), é a possibilidade de uma instituição financeira não receber os valores (principal, rendimentos e juros) prometidos pelos títulos que mantém em sua carteira de ativos recebíveis. No entanto, pode ser entendido como um contrato de empréstimo feito por uma pessoa que não honrará o compromisso assumido.

Os riscos são inerentes às necessidades humanas em busca de recursos financeiros para fomentarem seus desejos e vontades. Isso já é um fato bastante questionado pela mídia sobre o endividamento das pessoas na qual se tornam inadimplentes e causam problemas no orçamento familiar.

O **risco de liquidez** é a disponibilidade imediata de caixa em circunstância de demanda por parte de clientes e aplicadores de uma instituição financeira, ou seja, quando há um aumento de retiradas imprevistas dos depositantes dos bancos. Portanto, as instituições deverão captar recursos adicionais no mercado para suprir o excesso de retiradas.

O **risco operacional** é o processo ligado à gestão de controle dos riscos existentes na organização. Entretanto, o risco operacional está diretamente ligado a erros humanos, processos e falhas em tecnologias, ou seja, as perdas improváveis causadas ou evidenciadas na gestão da organização.

O **risco legal** vincula-se à deficiência de uma legislação mais atualizada e eficiente com relação ao mercado financeiro. Portanto, é necessário uma unificação jurídica e termos nos contratos financeiros preparados em diferentes países, para prevenir as transações internacionais.

2.6 Princípios fundamentais da supervisão bancária

Os Princípios Fundamentais de Basiléia utiliza-se de padrões mínimos para as técnicas sólidas de supervisão que são aplicáveis universalmente. No entanto, o comitê elaborou os Princípios Fundamentais para o fortalecimento do sistema financeiro.

A supervisão bancária tem como objetivo de assegurar a solidez do Sistema Financeiro e regula as entidades financeiras monetárias e não monetárias que são supervisionadas pelo BACEN. O sistema bancário estruturado ou não no sistema financeiro pode passar por estabilidade dentro ou fora do país. Com isso, é fundamental executar os Princípios Fundamentais para melhorar a estabilidade financeira.

Para que o sistema de supervisão seja efetivo é necessário seguir os princípios fundamentais de Basiléia, que tem posturas agressivas com relação à solidez do sistema financeiro. O Acordo de Basiléia foi assinado pelos os principais bancos mundiais, esse acordo dispõe de adequação do capital dos bancos.

O novo Acordo de Basiléia II foi estruturado com relevantes mudanças no sistema financeiro internacional aperfeiçoando a Basiléia I que alguns deles podem ser evidenciados a seguir:

- Pilar I: exigência de capital mínimo para os bancos;
- Pilar II: práticas de gestão de riscos;
- Pilar III: informações e transparência dos bancos do seu desempenho e condição financeira para que todos os participantes do mercado avaliam o risco do banco;

No Acordo de Basiléia III foi exigido aumento nas reservas dos bancos visando proteger a liquidez e reforçar as eventuais perdas, essas medidas foram definidas em 2010, e serão delineadas a seguir.

Risco de Crédito: é necessário que os supervisores se assegurem de que os bancos tenham processo de gerenciamento com relação aos riscos de crédito. Porém, os bancos devem avaliar o perfil de cada instituição, com isso deverá agir com políticas prudentes e procedimentos para identificar, monitorar e controlar principalmente o gerenciamento contínuo das carteiras de empréstimos e investimentos.

Transparência e Cooperação: para que a supervisão bancária seja um sistema efetivo é necessário que as entidades bancárias sejam definidas com responsabilidades e objetivos. No entanto, a organização deve possuir independência operacional, processos transparentes, direção consistente e recursos adaptados, mas o desempenho de suas atribuições deverá ser responsabilizado. Portanto, a supervisão bancária deve possuir uma estrutura legal adequada, contendo dispositivos pautados às autorizações para o estabelecimento das entidades bancárias e à sua supervisão contínua, competências voltadas para a comprovação de harmonia com as leis e com as preocupações de segurança e solidez, com assistência legal para os supervisores. Por isso, os mecanismos de troca de informações devem ser eficientes entre supervisores e proteção da confidencialidade das informações.

Integridade do setor bancário: os bancos devem seguir políticas e processos adequados. Portanto, é necessário conhecer o cliente e agir com padrões

éticos e profissionais no âmbito financeiro, para evitar que os bancos sejam utilizados para atividade ilícita, por isso os supervisores devem se certificar.

2.7 Patrimônio de Referência

Segundo Fortuna (2013) o conceito atual de Patrimônio de Referência (PR), é empregado para fins de verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizada a funcionar pelo BACEN, que está definido pela Resolução do CMN n° 4192/13. O PR demonstra a capacidade que os bancos têm de conceder crédito.

O Patrimônio de Referência consiste no somatório do Nível I e do Nível II, o Nível I consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar, onde o Capital Principal é:

- ao capital social constituído por quotas, quotas-partes, ou por ações não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos;
- às reservas de capital, de reavaliação e de lucros;

- às contas de resultado credoras;

O Capital Complementar é apurado mediante:

- aos instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo BACEN ou por instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o conglomerado, nos termos do art. 8º;
- às ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital Complementar;

O Nível II do PR é a diferença a maior entre o valor provisionado e a perda esperada nas exposições abrangidas por sistemas internos de classificação de risco de crédito e os instrumentos devem ser nominativos, quando emitidos no Brasil e, quando emitidos no exterior, sempre que a legislação local assim o permitir.

2.8 Indicadores econômico-financeiros

Segundo Hall et al. (2013) a análise da situação econômica e financeira das empresas apresenta como técnica comumente mais utilizada, a apuração de índices que por sua vez, são extraídos do conjunto de demonstrações contábeis, fornecendo um panorama econômico financeiro da empresa em determinado período de tempo.

Os indicadores de **LIQUIDEZ** representam o confronto entre dos ativos circulantes com as obrigações, ou seja, a empresa que tem bons índices de liquidez tem condições de honrar suas dívidas. Segundo Gitman (2004, p. 46) aponta que “a liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem”.

Os índices relacionados ao **CAPITAL** evidenciam como as instituições tomam suas decisões financeiras, uma decisão precipitada ou inadequada de estrutura de capital pode acarretar/comprometer elevando o custo de capital. Isso dificultaria ou aumentaria as possibilidades de eventuais necessidades de financiamento da empresa. Segundo Assaf Neto (2012, p.306) conceitualmente o montante de capital próprio a ser mantido por uma instituição financeira é fortemente dependente do risco assumido em seus negócios.

Quanto à **RENTABILIDADE**, os índices demonstram os resultados obtidos pela empresa com relação ao capital investido, ou seja, qual foi o grau de alavancagem econômica da empresa. Portanto, indica o sucesso da empresa com relação às vendas.

A rentabilidade das empresas está relacionada ao retorno sobre os capitais investidos, revelando, portanto, o êxito econômico alcançado em determinado período (MATARAZZO, 2003, p. 175).

Segundo Assaf Neto (2012, p. 310) a atividade bancária comporta-se similarmente aos demais tipos de negócio, diferenciando basicamente pela natureza dos fatores colocados à disposição. Assim, o banco tem por objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários pelo estabelecimento de uma adequada relação risco-retorno.

Em linha com o exposto na fundamentação teórica a respeito dos indicadores econômico-financeiros, as análises efetuadas neste trabalho foram feitas com base nos índices específicos para a atividade bancária, resumidos no quadro a seguir.

	Indicadores	Definição
LIQUIDEZ	Encaixe Voluntário	Capacidade financeira de cobrir saques.
	Liquidez Imediata	São incluídas as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento.
	Empréstimos/Depósitos	Indica os recursos captados pela instituição na forma de depósitos, quanto foi emprestado.
	Capital de Giro Próprio	Indica os recursos próprios da instituição que é financiado pelas operações ativas.
	Participação de Emprést.	Indica o percentual do ativo de um banco que se encontra aplicado em operações de créditos.
CAPITAL	Independência Financeira	Evidencia a parcela do ativo que é financiado pelo capital próprio da instituição.
	<i>Leverage</i>	Evidencia quantas vezes o ativo é maior do que o capital próprio.
	Rel. Capt./Depositantes	Revela a captação por meio dos depósitos e quanto foi aplicado de recursos.
	Imobilizado do Capital	Evidencia o percentual do capital próprio aplicado no banco que foi imobilizado em ativo permanente.
RENTAB.	Custo Médio de Captação	Verifica a estrutura dos portfólios de investimento e a estratégia sobre o custo de captação.
	Retorno s/o PL	Permite avaliar os resultados da intermediação financeira de um banco.
	Retorno s/o Invest. Total	Exprime os resultados das oportunidades de negócios acionados pelo banco.
	Margem Líquida	Permite verificar os resultados da gestão.
	Retorn. Médio Op.de Créd.	Evidencia a taxa de retorno das aplicações em créditos para avaliar o spread bruto.

Fonte: Assaf Neto (2012)

Quadro 2: Estrutura dos Indicadores

Os indicadores de liquidez, capital e rentabilidade das instituições financeiras compõem a amostra que será analisada numa escala de tempo de 2007 a 2010, pela qual a média obtida por cada indicador. No entanto, a média temporal será apresentada por gráficos que verificará o desempenho das instituições financeiras no que diz respeito ao comportamento dos indicadores econômicos e financeiros deste seguimento.

3 METODOLOGIA

O presente artigo é um estudo descritivo, que segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. A pesquisa descritiva pode assumir a aparência de estudo de caso, por ser exploratória e por seguir com métodos de abordagem de investigação, serão analisados dados qualitativos para

verificar a realidade das informações com intuito de obter interpretações das análises, para responder a proposta do problema abordado.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se classifica como qualitativa. Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa concebe análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado.

Entretanto, o estudo apresenta dados que geram interpretação e reflexão, por trazer situações relacionadas a possíveis variações dos anos de 2007 a 2010 para a análise econômica financeira das demonstrações contábeis, pois o presente estudo visa observar, registrar, analisar e interpretar os fatos ocorridos, que serão verificados pelas demonstrações contábeis no período citado e divulgadas pelas instituições financeiras.

Dessa forma temos como características da pesquisa sendo descritiva e qualitativa.

O estudo abrange as instituições financeiras brasileiras com representatividade e atuantes no mercado constituído com capital público. Apesar de ser uma amostra pequena diante dos números de instituições atuantes, mais ela se torna representativa ao considerar os bancos a seguir: Banco do Brasil que é uma empresa de economia mista com participação significativa no mercado de crédito e por ter uma participação no desenvolvimento sustentável, Caixa Econômica Federal empresa pública que administra os recursos do governo em relação às políticas públicas sociais, com operações de crédito e financiamento voltadas para clientes de baixa renda, Banco Nacional de Desenvolvimento é controlado pelo governo e tem como objetivo precípua proporcionar recursos para financiamento de médios e longos prazos e os demais trabalha em conjunto com o governo para o desenvolvimento das regiões e possuem carteiras comerciais. As demonstrações das instituições são publicadas na CVM (Comissão Valores Mobiliários) e no site das empresas, que evidenciarão uma avaliação empírica, com intuito de abranger coleta de dados relevantes a partir das fontes citadas, para evidenciar o tema que avaliação da atuação das instituições financeiras brasileiras após a crise financeira de 2008, em relação aos indicadores econômico-financeiros, sem alterar o conteúdo principal, mais que a pesquisa enriqueça, com informações divulgadas pelas instituições brasileiras, baseada em suas demonstrações contábeis e notas explicativas.

O presente estudo visa esclarecer a questão problema, com a finalidade de contribuir para possíveis estudos para cenários econômicos futuros.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os indicadores financeiros demonstram a curto e em longo prazo o comportamento das instituições em relação ao desempenho, para que as informações sejam mais precisas ao entendimento dos seus Stakeholders.

Conforme citado anteriormente a respeito das informações, no quadro a seguir pode verificar as oscilações dos indicadores nos anos de 2007-2010 das instituições estudadas.

Índices	Banco do Brasil				Caixa Econômica				Banco Nacional de Desenvolvimento			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
LIQUIDEZ												
Encabeixe Voluntário= Disponibilidade/Depósito a Vista	0,08	0,10	0,14	0,15	0,18	0,20	0,19	0,18				
Liquidez Imediata= Disponib.+Aplicações Interf.de Liquid./Dep.a vista	1,30	2,79	3,23	1,96	1,21	2,69	1,95	0,80				
Empréstimos/Depósitos= Operações de crédito/Depósitos	0,72	0,69	0,74	0,79	0,36	0,44	0,64	0,77	2,80	3,36	5,86	8,08
Capital de Giro Próprio= Patrimônio Líquido- Ativo Não Circulante	-133,71	-176,49	-243,61	-263,27	-117,18	-143,41	-175,23	-198,68	-134,01	-201,10	-306,94	-390,81
Participação de Empréstimos= Operações de Crédito/Ativo Total	0,37	0,36	0,37	0,39	0,20	0,25	0,34	0,41	0,37	0,38	0,41	0,33
CAPITAL												
Independência Financeira= Patrimônio Líquido/ Ativo Total	0,06	0,06	0,05	0,07	0,04	0,04	0,04	0,04	0,13	0,09	0,07	0,13
Leverage= Ativo/ Patrimônio Líquido	15,49	17,41	18,29	14,61	23,96	23,29	25,97	25,95	7,97	10,77	13,73	7,90
Relação Capital/Depositantes= Patrimônio Líquido/Depósito(Passivo)	0,13	0,11	0,11	0,26	0,07	0,08	0,07	0,07	0,94	0,08	1,05	3,05
Imobilizado do Capital Próprio= Ativo Permanente/Patrimônio Líquido	0,27	3,76	0,62	0,57	0,24	0,26	0,36	0,35	0,71	0,70	1,58	1,39
RENTABILIDADE (%)												
Custo médio de Captação= Desp.Financ.de Mercado/Depósito a prazo	-0,30	-0,29	-0,23	-0,25	-0,43	-0,43	-0,14	-0,52				
Retorno s/o Patrimônio Líquido= Lucro Líquido/Patrimônio	0,21	0,29	0,28	0,23	0,23	0,31	0,07	0,09	0,29	0,21	0,24	0,15
Retorno s/o Investimento Total= Lucro Líquido/Ativo Total	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02	0,02	0,02
Margem Líquida= Lucro Líquido/Receita de Intermediação Financeira	0,13	0,16	0,18	0,16	0,09	0,12	0,11	0,12	0,94	0,22	0,74	0,35
Retorno Médio das Oper.de Crédito= Receit.de Inter.Financ./Oper.Créd.	0,29	0,29	0,23	0,25	0,53	0,44	0,07	0,07	0,10	0,24	0,06	0,16
Índices												
Banco do Nordeste				Banco da Amazônia				Banco de Brasília				
LIQUIDEZ												
Encabeixe Voluntário= Disponibilidade/Depósito a Vista	0,41	0,43	0,42	0,61	0,10	0,15	0,16	0,14	0,09	0,09	0,12	0,12
Liquidez Imediata= Disponib.+Aplicações Interf.de Liquid./Dep.a vista	25,73	16,53	18,94	29,49	1,12	1,90	2,11	1,74	1,65	1,75	1,38	1,26
Empréstimos/Depósitos= Operações de crédito/Depósitos	1,26	1,47	1,40	1,19	0,81	0,88	0,76	0,73	0,23	0,40	0,58	0,61
Capital de Giro Próprio= Patrimônio Líquido- Ativo Não Circulante	-5,90	-4,15	-5,99	-10,77	-0,70	-1,79	-2,50	-2,65	-1,64	-2,37	-2,21	-3,35
Participação de Empréstimos= Operações de Crédito/Ativo Total	0,28	0,37	0,46	0,43	0,23	0,20	0,20	0,20	0,18	0,30	0,45	0,46
CAPITAL												
Independência Financeira= Patrimônio Líquido/ Ativo Total	0,11	0,11	0,11	0,09	0,29	0,26	0,24	0,23	0,08	0,08	0,09	0,10
Leverage= Ativo/ Patrimônio Líquido	8,83	9,00	9,24	10,92	3,40	3,84	4,11	4,38	11,87	12,75	10,90	10,30
Relação Capital/Depositantes= Patrimônio Líquido/Depósito(Passivo)	0,51	0,43	0,33	0,26	1,28	1,02	0,94	0,83	0,11	0,10	0,12	0,13
Imobilizado do Capital Próprio= Ativo Permanente/Patrimônio Líquido	0,12	0,10	0,09	0,09	0,16	0,14	0,13	0,12	1,11	1,04	0,34	0,23
RENTABILIDADE (%)												
Custo médio de Captação= Desp.Financ.de Mercado/Depósito a prazo	-0,46	-0,60	-0,19	0,17	-0,43	-0,48	-0,44	-0,39	-0,16	-0,17	-0,22	-0,23
Retorno s/o Patrimônio Líquido= Lucro Líquido/Patrimônio	0,14	0,23	0,22	0,14	0,10	0,11	0,01	0,07	0,28	0,26	0,33	0,27
Retorno s/o Investimento Total= Lucro Líquido/Ativo Total	0,02	0,03	0,02	0,01	0,03	0,03	0,00	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03
Margem Líquida= Lucro Líquido/Receita de Intermediação Financeira	0,14	0,17	0,23	0,13	0,29	0,26	0,04	0,17	0,17	0,15	0,17	0,14
Retorno Médio das Oper.de Crédito= Receit.de Inter.Financ./Oper.Créd.	0,39	0,40	0,23	0,24	0,54	0,51	0,47	0,48	0,77	0,45	0,40	0,40

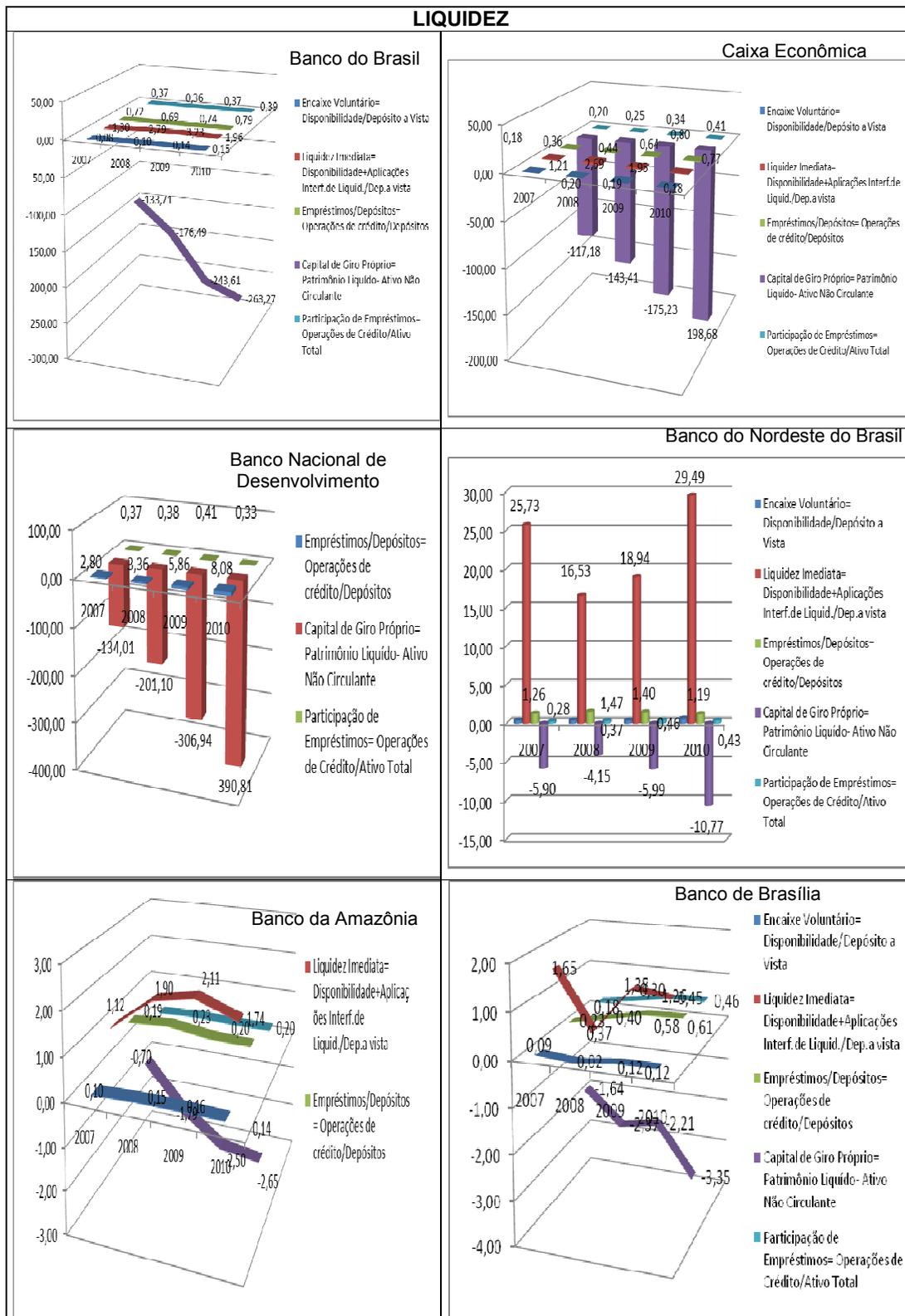
Fonte dados extraídos dos bancos citados, elaboração própria.

Quadro 3: Cálculos dos Indicadores

Para atender aos objetivos pretendidos, foi coletado dados com representatividade nas 6 instituições financeiras componentes da amostra.

Os indicadores de Liquidez, Estrutura de Capital e Rentabilidade serão apresentados graficamente, que demonstram a tendência no setor bancário, no que tange ao comportamento dos indicadores econômicos e financeiros.

São apresentados, no quadro a seguir os aspectos mais relevantes no estudo dos indicadores de liquidez nos períodos de 2007-2010.

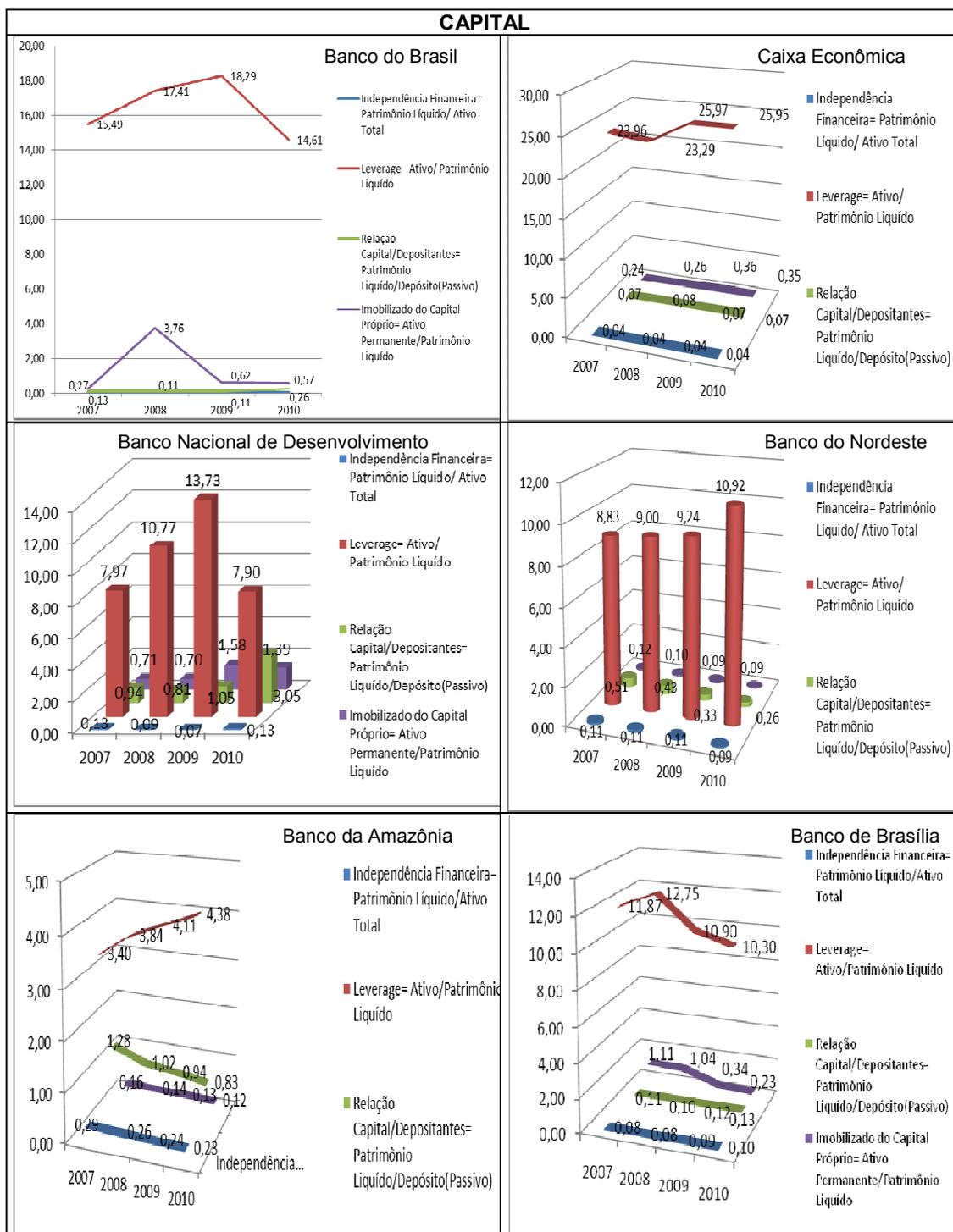


Fonte: dados extraídos dos bancos citados, elaboração própria.
 Quadro 4: Indicadores de Liquidez: BB, CEF, BNDES, BNB, BASA, BRB

Pode-se perceber, no Quadro 4, que a liquidez dos bancos cobre os saques contra depósitos. Com isso, as instituições apresentam um comportamento satisfatório nas suas operações diante do período da crise. No quesito de liquidez imediata, todos apresentam índice maior que 1,0 e o BNB teve um aumento expressivo no decorrer dos anos, no entanto, foi favorável para cobrir tanto os depósitos à vista quanto a prazo.

Com relação aos empréstimos sobre os depósitos, houve uma redução desse índice devido às instituições não ter aplicado nas operações de empréstimos, principalmente no Banco do Brasil, Caixa Econômica e BRB, ocorrendo o contrário no BNDES, no qual houve uma participação maior dos empréstimos.

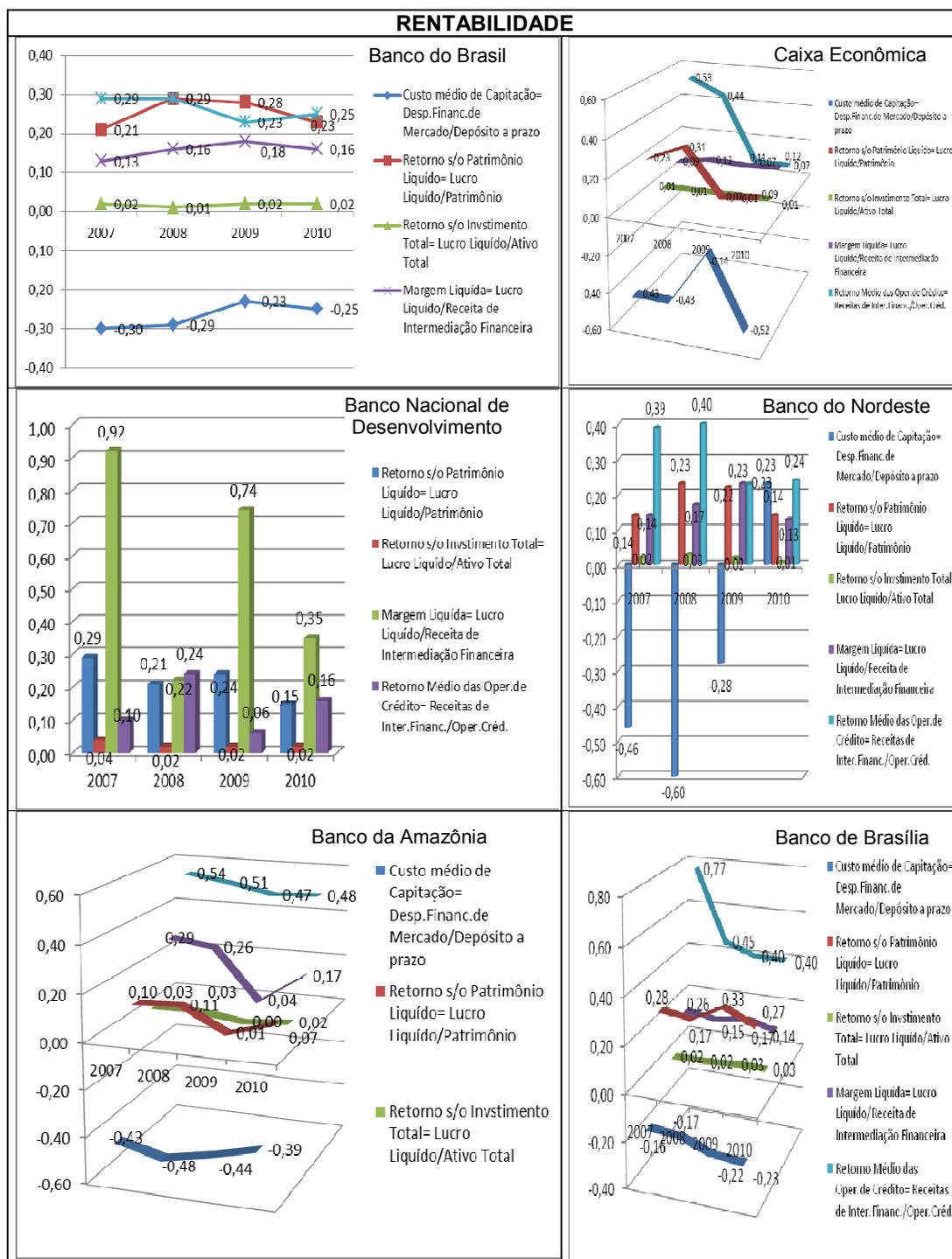
No quesito capital de giro próprio, todas as instituições financeiras não apresentam recursos próprios para financiar as operações ativas (empréstimos concedidos/ valores a receber). Contudo, esse índice revela o nível de folga financeira financiado com o Patrimônio Líquido.



Fonte: dados extraídos dos bancos citados, elaboração própria.

Quadro 5: Indicadores de Capital do BB, CEF, BNDES, BNB, BASA e BRB

A atividade principal dos bancos é a intermediação financeira, que é operacionalizada por meio dos depósitos. Com intuito de gerar operações de créditos para os clientes, refletindo positivamente na alavancagem da instituição. Ao verificar o Quadro 5, observa-se que os bancos registraram uma evolução da alavancagem, tendo a CEF e BB apresentado maior expressividade, com aumentos sucessivos em 2007 -2009, com oscilações em 2010. Isso ocorreu devido à postura que foi tomada com relação à liberação de crédito. O BASA foi o que apresentou o nível mais baixo de alavancagem e os demais bancos, também tiveram tendência de baixa no requisito citado devido a não dependência de capital de terceiros.



Fonte: dados extraídos dos bancos citados, elaboração própria.

Quadro 6: Indicadores de Rentabilidade: BB, CEF, BNDES, BNB, BASA, BRB

Os bancos têm como objetivo maximizar o lucro para seus acionistas. Esse índice mede o retorno para cada \$1 investido. O Gráfico 6 demonstra que o BB teve crescimento em 2007, 2008, e redução em 2009 e 2010, mais manteve-se em

equilíbrio. As margens líquidas nas instituições financeiras denotam queda sucessivamente em todos os períodos, exceto no BNDES devido em virtude de seu comportamento atípico.

No entanto, apesar de os bancos apresentarem recordes de lucros nesse período, com relação à rentabilidade, o desempenho não foi satisfatório, devido ao momento econômico e influência do governo em manter a estabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira internacional ocorrida no ano de 2008, que teve início a partir da declaração da falência do banco americano Lehman Brothers, e expandindo-se para os mercados mundiais, trouxe diversas preocupações em todos os setores do mercado financeiro. Com isso, os países foram obrigados a adotar medidas políticas e econômicas para fazer face à suas consequências. Ela se alastrou no setor financeiro e afetou as linhas de concessão de crédito escolhidas pelas instituições financeiras. No entanto, o mercado hipotecário da “crise *subprime*” induziu no mundo um sinal de que é necessário ter mais cautela ao conceder crédito.

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo geral avaliar os impactos causados nos indicadores econômico-financeiros relacionados à liquidez, estrutura de capital e rentabilidade das principais instituições financeiras brasileiras constituídas com capital público, em função da crise financeira mundial de 2008.

Assim, foi verificada a atuação das principais instituições financeiras, com foco na atuação do BB, CEF, BNDES, BASA, BNB e BRB no período de 2007, 2008, 2009 e 2010.

A partir da análise observou-se que o índice que mais expressou relevância foi o de rentabilidade demonstrando sensibilidade na época da crise.

O Banco do Brasil praticamente apresentou estabilidade entre 2007 e 2008 em relação à margem líquida, período em que o governo adotou política monetária e fiscal por meio de ampliação do crédito, isso contribuiu para o resultado do BB.

Quanto à liquidez, os bancos conseguiram cobrir os saques contra depósitos, com isso, tendo as instituições apresentado um comportamento satisfatório diante do período da crise. No quesito de liquidez imediata, todos apresentam índice maior que 1,0 e o BNB teve um aumento expressivo no decorrer dos anos.

Com relação aos empréstimos sobre os depósitos, houve uma redução desse índice, principalmente no Banco do Brasil, Caixa Econômica e BRB, ocorrendo o contrário no BNDES, no qual houve uma participação maior dos empréstimos.

Os dados demonstraram uma evolução da alavancagem da CEF e BB, que tiveram maior expressividade, tendo aumento sucessivo em 2007-2009, com oscilações em 2010, no decorrer dos anos, devido a uma postura que foi tomada com relação à liberação de crédito. O BASA foi o que apresentou o nível mais baixo de alavancagem e os demais bancos tiveram tendência no requisito citado.

De forma geral, no período analisado, a maioria dos bancos teve uma tendência a estimular suas atividades operacionais no quesito do indicador de liquidez, com influência e medidas do governo brasileiro para manter o equilíbrio econômico e gerar recursos para a economia, adotando posturas conservadoras ao sistema financeiro equilibrando todo o cenário.

A limitação da pesquisa apresenta-se no índice de liquidez no banco do BNDES, por ser uma instituição que não capta depósitos a vista e a prazo, por não se calcular alguns desses índices.

Com o intuito de contribuir para futuras pesquisas nesse setor, sugere-se um estudo em todas as instituições financeiras brasileiras com relação aos indicadores e provisões nas carteiras de crédito, a fim de verificar nas demais instituições o reflexo antes e depois da crise de 2008.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2002.

_____, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas 2012.

_____, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas 2009.

_____, Alexandre. **Mercado Financeiro**. ed. São Paulo: Atlas 2011.

BANCO DO BRASIL S.A. **Indicadores de Rentabilidade**. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com>>. Acesso em: 11 maio 2014.

BEUREN; Ilse Maria. LONGARAY; André Andrade. **Como elaborar trabalhos Monografias em contabilidade**. São Paulo. Editora Atlas S.A, 3. ed. 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demonstrativos Financeiros**. Disponível em: <http://www14.caixa.gov.br/portal/acaixa/home/informacoes_financeiras/balancos_demonstrativos/demonstrativos-financeiros>. Acesso em: 2 março. 2014.

Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº539, de março de 2008**. Disponível em: < >. Acesso em: 06 junho 2014.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**, 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza. Comportamento dos dez maiores bancos brasileiros durante a crise do *subprime*: uma análise por meio de indicadores contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. REPEC, Brasília, v. 6, n. 2, art. 4, p. 170-186, abr./jun. 2012. Disponível em: www.repec.org.br . Acesso em: 04 junho 2014.

GONÇALVES , Armando; et. al. (Equipe de professores da USP). **Engenharia e finanças econômicas**. São Paulo: Elsevier, 2001.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de Balanço**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____, Sergio de. **Análise de balanços: análise de liquidez e do endividamento análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Camine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEWLANDS JUNIOR, Carlos Arthur. **Sistema Financeiro e Bancário**. ed. Elsevier 2010

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA; César Augusto Tibúrcio; Tristão, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo. 2. Ed". - Editora Atlas S.A., 2000.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Análise de Balanço. Disponível em:

http://arquivos.unama.br/nead/gol/gol_adm_6mod/adm_creditos_cobrancas/pdf/aula10.pdf. Acesso em: 02 de junho 2014.

Valor econômico. **Basileia exigirá mais capital próprio em patrimônio dos bancos**. Disponível em:

<> Acesso em 17 maio 2014.

Relatório de economia bancária e crédito.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf>. Acesso em: 02 junho 2014.

Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013. Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4193_v1_o.pdf>. Acesso em: 02 junho 2014.

Banco Central do Brasil. Disponível em:

<http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Manual%20da%20supervisao_Bacen.pdf>. Acesso em: 02 junho 2014. Acesso em: 02 junho 2014.

Finanças Corporativas e Valor no Brasil. Disponível em:

<<http://www.institutoassaf.com.br/assafii/site/criterios.aspx>>. Acesso em: 02 junho 2014.

Banco do Brasil				
	2007	2008	2009	2010
Disponibilidade	4.341.294	5.375.268	7.596.546	9.397.247
Apl.Interf.de Liquidez	62.444.896	139.272.593	174.167.298	114.714.642
Oper.Crédito	137.992.137	189.692.175	242.842.464	291.295.955
Ativo Total	375.792.425	521.077.330	660.608.976	737.497.177
Ativo N.Circ.	157.968.767	206.424.122	279.708.708	313.769.814
Ativo Permanente	6.529.547	11.031.087	22.219.579	28.834.675
Depósito	191.737.854	276.442.400	330.104.756	368.686.768
Depósito Vista	51.294.823	51.865.142	56.211.678	63.295.580
Depósito Prazo	85.308.725	149.762.035	182.366.877	193.670.882
PL	24.262.096	29.937.250	36.119.265	50.495.741
Receita Inter.Financ.	40.227.229	55.348.356	55.998.281	72.173.904
Desp.Financ.	-25.240.221	-42.993.211	-41.183.190	-48.409.415
Lucro Líquido	5.058.119	8.802.869	10.147.522	11.758.093
Caixa Econômica Federal				
	2007	2008	2009	2010
Disponibilidade	2.123.592	2.632.645	3.234.702	3.490.993
Apl.Interf.de Liquidez	11.834.515	32.984.699	29.428.685	12.207.242
Oper.Crédito	50.798.315	73.162.371	115.516.022	164.637.501
Ativo Total	253.575.011	295.920.330	341.311.618	400.613.544
Ativo N.Circ.	127.761.663	156.117.357	188.371.100	214.117.712
Ativo Permanente	2.528.214	3.328.035	4.712.805	5.470.019
Depósito	141.788.700	165.527.803	180.669.706	215.182.296
Depósito Vista	11.556.286	13.216.430	16.714.227	19.626.215
Depósito Prazo	41.362.616	48.625.853	43.788.754	54.207.613
PL	10.585.470	12.704.670	13.143.767	15.436.950
Receita Inter.Financ.	26.827.441	32.298.933	34.554.635	10.847.356
Desp.Financ.	-17.802.473	-21.013.704	-22.925.430	-7.478.826
Lucro Líquido	2.392.454	3.883.289	3.000.298	1.348.024

Banco Nacional de Desenvolvimento				
	2007	2008	2009	2010
Disponibilidade				
Apl. Interf. de Liquidez	347	6.908.965	2.006.817	10.113.958
Oper. Crédito	74.471.382	104.620.102	153.808.754	174.327.782
Ativo Total	198.668.103	272.092.458	379.279.940	520.854.166
Ativo N.Circ.	158.933.624	226.370.492	334.565.126	456.709.081
Ativo Permanente	17.730.307	17.612.142	43.611.939	91.863.331
Depósito	26.611.383	31.159.707	26.229.927	21.573.906
Depósito Vista				
Depósito Prazo				
PL	24.923.350	25.266.621	27.628.044	65.899.265
Receita Inter.Financ.	7.759.846	24.652.265	9.135.164	28.028.442
Desp.Financ.	-2.629.364	-19.877.091	-3.118.507	-18.541.303
Lucro Líquido	7.313.765	5.313.040	6.735.169	9.913.322

Banco do Nordeste do Brasil				
	2007	2008	2009	2010
Disponibilidade	59.369	73.148	72.983	82.391
Apl. Interf. de Liquidez	3.622.628	2.750.285	3.248.634	3.872.110
Oper. Crédito	3.916.240	6.065.309	8.888.635	10.134.904
Ativo Total	14.143.065	16.177.235	19.154.466	23.783.716
Ativo N.Circ.	7.503.631	5.951.517	8.059.071	12.945.324
Ativo Permanente	193.762	184.890	196.405	192.055
Depósito	3.117.139	4.136.660	6.332.727	8.509.581
Depósito Vista	143.103	170.777	175.340	134.119
Depósito Prazo	2.072.728	2.726.335	4.384.003	6.387.223
PL	1.602.499	1.797.519	2.072.725	2.177.338
Receita Inter.Financ.	1.543.178	2.416.531	2.005.203	2.431.267
Desp.Financ.	-948.054	-1.646.413	-1.219.439	-1.464.879
Lucro Líquido	219.744	421.029	459.012	313.590

Banco da Amazônia				
	2007	2008	2009	2010
Disponibilidade	48.797	59.485	72.203	81.071
Apl. Interf. de Liquidez	507.595	701.520	889.579	945.792
Oper. Crédito	1.142.144	1.638.398	1.528.540	1.709.341
Ativo Total	6.120.400	7.239.780	7.805.744	8.461.956
Ativo N.Circ.	2.496.075	3.673.000	4.393.214	4.579.048
Ativo Permanente	280.085	265.028	244.487	234.926
Depósito	1.407.983	1.852.002	2.016.950	2.339.295
Depósito Vista	498.640	400.125	455.256	591.548
Depósito Prazo	661.737	1.004.054	1.112.064	1.272.920
PL	1.798.452	1.885.557	1.897.318	1.933.612
Receita Inter.Financ.	613.942	831.329	711.646	820.489
Desp.Financ.	-282.620	-483.568	-493.423	-501.362
Lucro Líquido	179.766	215.850	26.300	142.163

Banco de Brasília				
	2007	2008	2009	2010
Disponibilidade	54.341	62.773	96.556	88.865
Apl.Interf.de Liquidez	916.047	1.139.383	1.055.190	876.623
Oper.Crédito	771.064	1.628.580	2.871.218	3.464.556
Ativo Total	4.208.523	5.409.779	6.339.324	7.456.996
Ativo N.Circ.	1.999.367	2.791.974	2.787.831	4.071.781
Ativo Permanente	391.937	440.747	200.363	168.258
Depósito	3.286.240	4.093.766	4.991.100	5.718.309
Depósito Vista	588.612	3.224.558	833.188	763.267
Depósito Prazo	1.854.565	2.297.991	3.052.527	3.860.623
PL	354.402	424.328	581.385	724.240
Receita Inter.Financ.	590.857	730.365	1.140.023	1.398.731
Desp.Financ.	-297.546	-380.101	-682.632	-874.992
Lucro Líquido	100.238	110.317	190.455	196.041